



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i1.1245>



Sujeitas de direito: mobilização de mulheres imigrantes na cidade de São Paulo entre os séculos XX e XXI

Vanessa Generoso Paes*

ORCIDiD 0000-0003-3873-4539

Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Brasil

Resumo: A sociedade brasileira é constituída por grupos/etnicidades diversas, que têm lutado e conquistado direitos, (re)organizando temas que foram velados e silenciados, como raça, gênero, classe, etnia, e outros marcadores sociais de diferença. Busco compreender, neste artigo, os discursos de um grupo de mulheres que fazem parte da Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas na cidade de São Paulo. Assim, indago, portanto, quais as táticas adotadas pelas sujeitas de direitos na sociedade brasileira para questionar e garantir o acesso à educação, à saúde e à cultura dos imigrantes e refugiados (homens, mulheres, crianças, população LGBTQI+), ao mobilizarem outras matrizes culturais na sociedade brasileira. Nesse sentido, foram utilizados os procedimentos da história oral (Holanda; Meihy, 2007; Portelli, 2016; Rovai, 2021), que envolvem a observação participante em coletivos e grupos e a realização de entrevistas. O problema inicial a ser investigado é como a mobilização de coletivos imigrantes e da sociedade civil no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo, permitiu que fossem notadas as demandas dos imigrantes, principalmente da mulher imigrante, e que fossem adotadas práticas interculturais nas relações de mediações constituídas nas instituições do Estado e da sociedade civil para atender essas demandas.

Palavras-chave: Mulheres imigrantes. Gênero. Interseccionalidades.

Subjects of law: mobilization of immigrant women in the city of São Paulo between the 20th and 21st centuries

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com a orientação do prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy. E-mail: vanessa.paes@ufac.br.

Abstract: Brazilian society is made up of diverse groups/ethnicities, which have fought and conquered rights (re)organizing issues that were veiled and silenced, such as issues of race, gender, class, ethnicity, among other social markers of difference. In this way, I seek to understand, in this article, the speeches of a group of women who are part of the Front of Immigrant and Refugee Women in the city of São Paulo. I ask, therefore, what tactics are adopted by the subjects of rights in Brazilian society to question and guarantee access to education, health and the culture of immigrants and refugees (men, women, children, LGBTQIA+ population), whose mother tongue is not Portuguese and that mobilize other cultural matrices in Brazilian society. In this sense, the procedures of oral history were used (Holanda; Meihy, 2007; Portelli 2016; Rovai, 2021), which involve participant observation in collectives, conducting interviews. The initial problem to be investigated is how the mobilization of migrant collectives and civil society in Brazil, specifically in the city of São Paulo, allowed the demands of immigrants to be made visible, especially of the immigrant woman, and that intercultural practices were adopted in the mediation relations constituted in the State and civil society institutions to meet these demands.

Keywords: Immigrant women. Gender. Intersectionalities.

Introdução

Este artigo é resultado do desdobramento da pesquisa realizada no meu percurso de tese de doutorado em História Social (Paes, 2018), na qual busquei compreender os dilemas que atravessam as experiências de imigração em diversas cidades brasileiras, com ênfase nas fronteiras políticas que impedem a livre mobilidade dos sujeitos/sujeitas da imigração quando inseridos no campo do trabalho, na articulação de suas interseccionalidades de gênero, de classe e de etnia. Durante o trabalho de campo para o doutorado, fiz uso de 40 entrevistas, sendo 30 na modalidade de história oral temática, cuja premissa ancora-se no entendimento de questões do projeto sobre temas que necessitam ser compreendidos; e história oral de vida, que nos permite compreender “como os participantes da pesquisa construíram e reconstruíram suas histórias no espaço público” (Almeida; Andrade, 2019, p. 25), além de experiência e vieses subjetivos na trajetória de um sujeito (Portelli, 2016). Contudo, neste artigo, são referendadas sete entrevistas do arquivo de história oral do Museu da Imigração do Estado de São Paulo, que privilegiou a trajetória de vida e de lutas das mulheres migrantes no contexto do século XXI.

Busco compreender, neste artigo, as narrativas de mulheres imigrantes que fazem parte de coletivos na cidade de São Paulo, tais como os coletivos *Sí, Yo Puedo!* e *Warmis - Convergência das Culturas*, e outras coletividades mobilizadas por mulheres imigrantes na luta pela garantia de seus direitos na sociedade brasileira. E mais, procuro identificar os diferentes significados que assume a mobilidade em contextos de deslocamento das sujeitas, em que as configurações de fronteiras adquirem um caráter multissituado e interseccional no espaço e no tempo da imigração.

O imigrante, como o sujeito da diferença e da diversidade cultural, agrega a

experiência do “momento de transição, e não apenas o contínuo da história; é uma estranha tranquilidade que define o presente no qual a própria escrita da transformação histórica se torna estranhamente visível” (Bhabha, 2003, p. 308). Acredito, desse modo, que a história oral promove a empatia e potencializa a pluralidade de vieses sobre os processos de mobilidade e sobre as histórias que podem ser contadas nos deslocamentos humanos, assim como adiciona um olhar para diversidade de histórias de pessoas que podem ser acionadas para pensar num novo endereçamento para a história do tempo presente, nas quais os agentes de mudança social são as pessoas em suas mobilidades.

Em relação ao emprego do termo “imigrante”, ele existe, para a sociedade de acolhida, a partir do momento em que atravessa a fronteira, deixando “de ser estrangeiro comum para se tornar um imigrante” (Sayad, 1998, p. 269), convertendo-se em uma condição social, econômica e jurídica. Dentro desse enquadramento político-jurídico, o imigrante aglutina uma espécie de banimento por ter deixado sua pátria, pagando com sua exclusão política no novo território que habita.

Essa presença ilegítima, segundo a ação jurídica do imigrante, acaba por produzir um sistema binário do *nacional* e do *não nacional* na plataforma política, além de esse emigrante/imigrante reverberar uma espécie de dupla exclusão nas faces revestidas do imigrante, ausente da política que dita as referências, para vida e para sua inserção no âmbito do social, as quais delimitariam sua identidade civil. De tal modo, como fazer parte de um corpo político no qual não se tem legitimidade? Fica evidente a proximidade relacional entre “sujeito sem direitos” e “pessoas fora da lei” para aqueles que habitam as bordas e estão fora dela, mesmo estando dentro de um território.

A relação do Estado, da soberania e o *status* do imigrante possuem correlação. O Estado é soberano quando há autonomia para legislar dentro de um território específico e detém o direito de representar a lei e a autoridade política sobre a população, tendo plena independência perante outros organismos semelhantes a si, também soberanos. A soberania estará cada vez mais localizada na nação, representada pelo Estado, e este se tornará a principal forma moderna de organização da política (Bull, 1997). O Estado-nação, por atribuir as gramáticas de pertencimento de uma população e por agregar a malha administrativa e a força coercitiva de um espaço, imputa, no campo político, os mecanismos da cidadania que estão por ele excluídos.

Atualmente, o Estado é portador de dispositivos para a manutenção do poder dos agentes que o constituem, uma vez que esses vetores não pressupõem a aniquilação do conflito social, pois há divergências e lutas em seu interior, as quais representam as forças políticas dos agentes nele inseridos. Os Estados nacionais, com a prerrogativa de controle de seus territórios, agem “quanto ao ingresso de estrangeiros, assim como sobre os limites de seu acesso ao mercado de trabalho, ao usufruto de serviços públicos e à participação em direitos políticos e sociais” (Póvoa Neto, 2011, p. 146).

Desse modo, ao empregar o termo “sujeitas de direito” para se referir às experiências de pessoas em mobilidade, os argumentos deste artigo ancoram-se na prerrogativa de

que a Constituição Federal de 1988, somada à Lei de Imigração nº 13.445/2017, atribui o estatuto de cidadania, ou seja, são cidadãos/cidadãs os sujeitos de direitos e de deveres no território nacional todos e todas que, independentemente de nacionalidade, classe, raça, religião, etnia e nacionalidade, vivam no território nacional. A partir dessa premissa, esses cidadãos passam a ter acesso à saúde, à educação, ao trabalho, aos direitos civis, e as leis reconhecem os direitos e as garantias dos imigrantes aos serviços públicos sem discriminação por questões de nacionalidade ou status migratório (Brasil, 2017).

“Sujeitas de direito” parte do pressuposto de que as mulheres imigrantes são agentes da sua própria história e da sua mobilidade, deslocando os sentidos adjetivados da palavra, tornando o adjetivo “sujeitas” em um sentido verbal de ser, de serem donas de si, de serem construtoras das suas trajetórias de vida e de, mesmo dentro de contextos estruturados, deslocarem a dimensão de assujeitamento, a qual foram inseridas numa posição de subalternidade, não podendo se dizerem (Spivak, 2014) “sujeitas” para uma posição de sujeitas cognoscentes que tanto relatam quanto disputam os significados de suas narrativas e de suas memórias na arena social.

Além disso, a metodologia utilizada para a produção das entrevistas foi pautada na história oral de vida (Holanda; Meihy, 2007) desenvolvida por um grupo de pesquisadores sob a coordenação de Tatiana Waldeman. Essa pesquisa resultou no acervo de entrevistas de migração contemporânea realizadas pela equipe do Museu da Imigração do Estado de São Paulo, no projeto *Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo*. Fiz uso de algumas entrevistas do acervo do Museu da Imigração porque as questões sobre direitos da população migrante e o acesso às instituições no Brasil relacionavam-se com as entrevistas que havia construído para a tese e dialogavam diretamente com a pesquisa. Cabe apontar que a entrevista de Jobana Moya foi realizada por mim, para o trabalho de doutorado, e inserida em diálogo com outras entrevistas de mulheres imigrantes por haver temas em comum.

As práticas e as táticas espaciais dos migrantes e de suas “lutas urbanas” permitem identificar a porosidade dos espaços de fronteiras, distantes das fronteiras físicas dos espaços nacionais do Estado (De Genova, 2002), e, de forma indireta, são identificadas nos discursos das mulheres imigrantes ao reivindicarem a localização de suas ações coletivas no contexto de mobilidade. Essas articulações transnacionais em outros espaços fornecem críticas fundamentais para questionar o “fetichismo fronteiriço” (De Genova, 2002) que atravessa as temáticas relacionadas à fronteira e à migração, pois, mesmo a pessoa migrante encarnando um sujeito transnacional, a ação político-jurídica que atravessa sua vida é nacional, por ser legislada por uma lei de migração que delinea seus direitos de circulação e os limites das fronteiras.

Para De Genova (2002), as metrópoles migrantes são a formação espacial na qual testemunha-se a extensão das fronteiras no “interior” do espaço do Estado-nação, por meio da utilização do aparato jurídico das leis de imigração. Para o geógrafo, a metrópole migrante aglutina as forças das lutas migratórias que deslocam, rompem fronteiras e

instigam um novo reescalonamento de lutas de fronteiras no cerne das lutas urbanas. As táticas de lutas e resistências de coletivos e grupos políticos permeiam formas “prosaicas e constantes da luta de classes, que requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; elas frequentemente representam formas de autoassistência, evitam qualquer confrontação simbólica com as autoridades ou as normas das elites” (Ferreira, 2013, p. 38).

Soma-se, ao conceito de táticas de mobilidade, a mobilização da *Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas* que, além de agregar visibilidade à marcha nacional das mulheres, também se articula em torno das pautas sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, no direito à educação, no direito à sexualidade, no direito à saúde, no direito a ser quem deseja. As vozes das mulheres imigrantes rompem os silenciamentos diários, impostos em variados espaços do cotidiano, doméstico ou público, e retomam uma importante plataforma da esfera política do tempo presente: os autoagenciamentos realizados pelas próprias mulheres nos diferentes espaços de organização.

A imigração feminina no Brasil não é um fenômeno recente. Debates em torno do campo apontam que desde o período considerado da “grande imigração”, datado do século XIX, a imigração de mulheres já se fazia presente, contudo, era invisibilizada no contexto brasileiro. A pesquisa da historiadora Syrléa Marques Pereira (2008) aponta tais problemáticas ao estudar a imigração feminina e de descendentes de italianos para o Brasil a partir das memórias coletivas das famílias e de seus objetos biográficos e fotografias, enfatizando que a invisibilidade do gênero no contexto migratório se deu de modo global.¹ Além disso, outro elemento que necessita ser aprofundado no eixo dos estudos migratórios é sobre as perspectivas teóricas, metodológicas e empíricas que englobem a complexidade das relações entre homens, mulheres, crianças, população LGBTQI+, que atravessem os embates entre gênero e as interseccionalidades, ou seja, a sobreposição das assimetrias e das desigualdades na esfera da imigração e suas encruzilhadas entre gênero, etnia, raça, classe para fazer a crítica aos postulados coloniais em espaços de diáspora.

Neste artigo, compreende-se que os gêneros são definidos nas relações culturais construídas entre as diferentes sujeitas/sujeitos/sujeites nas relações sociais e discursivas e no contexto de deslocamento. A partir de outra óptica, os contextos migratórios mostram-se como espaços fundamentais nas reconfigurações dos papéis desempenhados em torno do gênero, pelas novas rearticulações dessas relações conjugais, e para suas respectivas autonomias.

A importância de estudar temas de gênero e migração correlacionados às questões de raça, etnia e classe é imprescindível para pensarmos nas relações de desigualdades construídas nos espaços atravessados pelos deslocamentos humanos, assim como é

¹ Outras pesquisas que trabalharam com a perspectiva de história das mulheres e das relações de gênero no final do XIX e início do XX são: Goellner (2008), Minardi (2008), Matos e Menezes (2017).

basilar que se olhe para os processos de resistência construídos pelas diferentes sujeitas no deslocamento, revelando as mediações culturais/interculturais, as invisibilidades, as opressões e as sublevações dos migrantes.

Interseccionalidades e Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas no Brasil

Trabalhos de diversas pesquisadoras sobre o campo das relações de gênero assinalam que as discussões em torno da interseccionalidade se desenvolveram a partir dos temas levantados pelo feminismo negro dos Estados Unidos, cujas premissas questionavam as balizas de ser “mulher” e “negra” em um esteio social perpassado por classes e raças. A crítica girava em torno dos processos de produção e reprodução das desigualdades sociais, uma vez que estas eram vivenciadas por um grande contingente de mulheres negras daquele país. Kimberlé Crenshaw (1991) e Patricia Hill Collins (1993), pesquisadoras precursoras desse campo, centradas nas categorias de gênero e raça, pensaram as múltiplas desigualdades e formas de opressão/subordinação vivenciadas pelas mulheres negras nos EUA. Essas categorias e esses processos sociais foram direcionados às reflexões sobre *etnicidade* e *classe* como princípios organizadores dos sistemas sociais.

A interseccionalidade abrange as conexões analíticas quanto à “simultaneidade, matriz de dominação, eixos de desigualdades, agenciamentos, posições de localização, vetores de poder, categorias de articulação” (Magliano, 2015, p. 694), possibilitando diferenciadas linhas de abordagem que, ao invés de separar, estabelecem pontes dialógicas dentro das leituras sobre o tema. A ideia da interseccionalidade fornece suporte aos estudos de gênero e se distancia da abstração representada pelos postulados de “mulher universal” (Vigoya, 2009, p. 64; Mohanty, 2008), atrelados aos movimentos feministas sobressaídos no decorrer da década de 1970, tidos por alguns ramos do feminismo como “branco” e “burguês”. Outro aspecto que as pesquisas com enfoque na interseccionalidade apontam, dentro dos estudos feministas, diz respeito à questão do poder e das lógicas de dominação. Orientações pautadas na ideia de interseccionalidade se efetivam como uma plataforma que conectam as categorias de gênero, raça, classe, etnicidade, deslocando para uma desconstrução dos universalismos e das dinâmicas de poder que os constituem.

Segundo tal perspectiva, os marcadores sociais da diferença operam como reguladores do campo material e ideológico das dimensões do vivido, ou seja, esse campo empreende as estruturas de desigualdade do social. Ao estabelecer pontes dialógicas com marcadores sociais diferenciados, Maria José Magliano, Maria Victoria perissinotti e Denise Zenklusen (2016) apontam a potência de não menosprezar a

produção de saberes elaborada pelas mulheres, na medida em que tais experiências de vida extrapolam as perspectivas e procedimentos das ciências sociais e humanas, justamente, por serem formas em que as sujeitas constroem explicações para o vivido, deslocando os nacionalismos metodológicos.

O termo “mulheres migrantes/imigrantes” é utilizado neste artigo para se referir a experiências de deslocamentos distintas, vivenciadas por mulheres de diferentes nacionalidades, vindas de países da África, da América e da Ásia, com trajetórias de vida permeadas pela diversidade. As entrevistas revelaram que muitas mulheres integram coletivos de migrantes. Desse modo, a opção do alinhamento teórico foi de priorizar a escolha por elementos comuns da experiência da migração contida nos relatos e que dialogassem com a bibliografia especializada sobre gênero e imigração.

Realizo, aqui, alguns recortes, alinhamentos de entrevistas com mulheres da *Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas* no Brasil e suas contextualizações, partindo do projeto de história oral do Museu da Imigração, intitulado *Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo*, e entrevistas concedidas para este artigo. A cidade de São Paulo agrega em seu espaço um leque diversificado de coletivos sociais e de arte, grupos culturais e de pesquisa com a bandeira “Luta e causa” migrante. Em 2016, a equipe vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) apresentou os dados de um levantamento realizado no ano anterior, apontando o contingente de 69 grupos imigrantes (de 29 nacionalidades) ligados à temática da migração. Além disso, existem 83 grupos cadastrados pela equipe, com base na Lei nº 16.478/2016, que instituiu a Política Municipal para a População Imigrante (Ventura; Sá Guimarães; Reis, 2017).

A *Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas* nasce em 2013, um bloco feminino dentro da *Marcha de Imigrantes*, onde mulheres de diferentes países e coletivos se manifestavam, posicionando-se a favor da construção de políticas específicas para sua categoria, exigindo mais visibilidade e espaços de protagonismo na Marcha e no Fórum Social Mundial das Migrações (realizado em 2016, em São Paulo). Durante o planejamento do Fórum, os coletivos femininos exigiram que as mulheres fizessem parte de toda a estrutura organizacional do evento, não apenas em um grupo de trabalho específico. No final do planejamento, a pressão das ativistas levou à modificação da carta-documento, incluindo o grupo temático *Migração, Gênero e Corpo*, inexistente até então.

As entrevistas citadas ao longo do artigo são de mulheres imigrantes que participam de coletivos na cidade de São Paulo, pertencendo a diferentes nacionalidades com trajetórias e projetos políticos diferenciados, e partilham em comum a efetivação de direitos civis à população imigrante no Brasil. Essas narrativas permitiram a compreensão das trajetórias de resistências, lutas e mobilizações produzidas na esfera do cotidiano das metrópoles.

As entrevistas das mulheres imigrantes e refugiadas surgem como energia

emancipatória partida da sociedade civil para fazer crítica às normativas do Estado, reconfigurando a escala das cidades, nas quais as migrantes são protagonistas e operadoras. Se o Estado é agente normativo, que coordena o aparato da força e administra os aparelhos burocráticos, a sociedade civil se ergue como contradiscurso que disputa as interpretações sobre o “conteúdo das necessidades” (Fraser, 2015) no território.

As narrativas das mulheres imigrantes estabelecem necessidades como um todo e ensejam a disputa em torno dos processos discursivos (internos e externos) aos coletivos. O que se busca é constituir um campo em torno das necessidades, da luta pela interpretação e, posteriormente, da luta pela implementação de políticas aos imigrantes. As entrevistadas descrevem, cada qual a seu modo, as situações que as levaram a participar de coletivos em São Paulo, suas perspectivas de atuação política junto a suas respectivas redes e suas articulações locais e globais.

Dentre as ativistas da *Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas*, conhecemos a história de Verônica Yujra, boliviana de La Paz. Quando do seu nascimento, a família estava em processo de migração do campo para cidade. Os pais, ela e três irmãs ficaram na Bolívia até seus oito anos, onde chegou a cursar os primeiros anos escolares. Seus pais venderam as propriedades na Bolívia, vieram para o Brasil e investiram em oficinas de costura em São Paulo. Na escola pública, Verônica conviveu com outras nacionalidades e enfatizou que o trato entre alunos brasileiros e imigrantes, durante seus estudos, efetuou-se de forma inclusiva, sendo auxiliada nas atividades em sala e na fluência da língua.

Com a crise instaurada no Brasil na década de 1990, seus pais faliram e venderam as máquinas de costura. De acordo com a narradora, “faliram porque não exploravam”, mas ela “abre mão de continuar a história dos pais” e, estimulada pela mãe, finalizou o curso técnico de Enfermagem, passando a atuar na área, depois se matriculou em um cursinho pré-vestibular, incentivada pelos amigos, e ingressou posteriormente em Odontologia. Tomou gosto pela vida acadêmica e concluiu mestrado e doutorado em Saúde Pública.

Seus pais se tornaram vendedores na Feira *Kantuta*,² espaço que passou a frequentar assiduamente. Insatisfeita com a falta de informações sobre bolivianos e bolivianas residentes em São Paulo, decidiu montar uma tenda na Feira *Kantuta*, com uma placa: “Informações sobre cursos e como fazer faculdade no Brasil”. Destarte, a ativista passou a dialogar com a comunidade de imigrantes, no intento de auxiliar na democratização do acesso à informação no Brasil. Verônica Yujra é idealizadora do

² A Feira *Kantuta* começou suas atividades em princípios dos anos 2000, organizada por imigrantes bolivianos residentes em São Paulo. Essa feira acontece todos os domingos, já se tornou ponto de visitação turística da capital paulista e é também um ponto de encontro de diversas comunidades, andinas ou não. Ver: FEIRA Kantuta: conheça a cultura e a culinária boliviana em SP. *Catraca Livre*, 7 maio 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/arquivo/feira-kantuta-conheca-cultura-e-culinaria-boliviana-em-sp/>. Acesso em: 3 fev. 2022.

coletivo *Si, Yo Puedo!*, desenvolvendo projetos para homens e mulheres imigrantes, com cursos de português e cursinhos pré-vestibular em parceria com brasileiros.

Eu entrei na universidade e tinha essa inquietação de saber por que outras pessoas não entravam na universidade, principalmente considerando que tinha gente que já era da segunda geração de imigração. E aí, um dos motivos que naquela época eu concluí era de que não tinham informação. Às vezes, a minha mãe contava que eu tinha feito universidade pública e as pessoas perguntavam para ela: 'Mas ela se naturalizou?'. 'Gente, mas como as pessoas não sabem que sim, que pode se estiver regularizado'. Aí eu falei 'Nossa, acho que é isso que está impedindo o pessoal de estudar'. Em decorrência disso, eu pensei em criar um projeto, que depois acabou se tornando um pequeno coletivo, que se chama *Si, Yo Puedo!*. Esse projeto tinha a intenção de levar informação de como se entra nas universidades. (Verônica Quispe Yujra, 2016).

O processo de emancipação de Verônica se atrelou às inquietações relacionadas ao acesso à informação, à capacidade de viver e trabalhar em um país estrangeiro e ao direito de ser incluída e atendida pelas instituições do Estado. Guiada por questionamentos, passou a ser a ponte da mediação social dos migrantes que frequentavam a Praça *Kantuta*. Muito antes de o Estado desenvolver um diálogo com a população imigrante residente na cidade de São Paulo, a narradora formou um coletivo de democratização de informações e promoção de integração de trabalhadoras e trabalhadores migrantes na capital paulista.

Oriana Jara, chilena nascida em Valparaíso, em 1944, perdeu os pais aos três anos de idade e foi criada por uma tia, com três primos, criada “com muito carinho por todos”. Estudou em escola bilíngue francesa e, aos 21 anos, morou por um ano na França, depois retornou ao Chile. Aos 28 se casou e residiu na França, passando por diferentes países, como Alemanha e Suíça. Retornou ao Chile antes do golpe de 1973 e testemunhou o início da ditadura de Pinochet. Voltou à Europa como refugiada e em seguida foi para a América Central, residindo na Guatemala. Depois Argentina e Uruguai. É formada em Psicologia Social, esteve pela primeira vez em São Paulo em 1980.

Oriana foi fundadora e idealizadora da organização *Presença América Latina* (PAL) e desenvolve projetos voltados às comunidades latino-americanas no Brasil.

[...] Essa pesquisa era com homens e mulheres, grupos *quinchamalí*. E percebemos que todas tinham o tema da solidão, de ter ficado postergada, de ter ficado apoiando fortemente, não só o marido, o filho com trabalho, e muitas vezes não olharam para a profissão que tinham, sendo que muitas delas depois tinham ficado sozinhas, seja por morte ou por abandono do marido, e a maioria estava deprimida, esperando a morte porque os filhos já estavam crescidos e casados. Agora elas são líderes comunitárias, dirigem projetos, uma delas está pensando em continuar com

as *arpilleras acá*. E foi muito gratificante começar a trabalhar e formar um coletivo. A metodologia foi criada por todas nós, principalmente por que elas que tinham os saberes. Isso empoderou essas mulheres, foi incrível! (Oriana Isabel Jara, 2015).

Oriana Jara foi conhecida na rede de imigrantes em São Paulo por seu ativismo e crítica às instituições (estatais e não governamentais). Um dos trabalhos divulgados foi *Arpilleras*,³ projeto pautado na memória e nas experiências de vida de mulheres imigrantes que costuraram coletivamente com imagens e artefatos que representavam a trajetória de cada uma. Nesse ensejo, sob sua coordenação, o Museu da Imigração do Estado de São Paulo reuniu mulheres imigrantes e refugiadas no projeto *Do retalho à trama: costurando memórias imigrantes*, em que um grupo de mulheres costurou passagens de suas vidas, unindo bordados e narrativas, dando origem a uma exposição, em 2016. Oriana Jara também desenvolveu projetos de memória com idosos, comumente migrantes. Como educadora, realizou muitas atividades relacionadas à imigração no Brasil e foi presença frequente na agenda relativa à causa em São Paulo. Com mais de 70 anos, aglutina uma longa experiência voltada à questão da migração na América Latina.

Nádia Ferreira, nascida em Bissau, capital da Guiné-Bissau, em junho de 1979, vem de uma família grande, com dez irmãos. Seu pai imigrou para Eslovênia com alguns filhos. Dos irmãos, três permaneceram na Guiné, outros três moram nos Estados Unidos, uma reside na França, outra na Espanha, estando “espalhados pelo mundo”. Nádia passou a infância no interior de seu país, na casa dos avós, junto a primos e outros irmãos, num tempo em que a vida era “regida pela simplicidade e muita alegria e brincadeiras”. Em 1999, Guiné-Bissau passava por uma guerra civil, o que a levou a migrar para São Paulo aos 19 anos. No ano seguinte, foi aceita no curso de Letras da Universidade de São Paulo (USP), por convênio entre os países. Muito cedo, aprendeu a ser independente, pois seus pais são refugiados políticos. A mãe mora em Paris e é ativista com mulheres africanas, e o pai reside na Eslovênia com outra família.

A trajetória de Nádia Ferreira no Brasil despertou-a para o racismo e a xenofobia da sociedade receptora. Movida pelo intuito de se conectar com outras mulheres imigrantes, se envolveu com o movimento negro e com mulheres africanas a fim de pensar em ações para superar dificuldades vivenciadas pelas mulheres refugiadas advindas do continente africano. Abriu uma empresa de eventos com temática africana, criou a ONG *Iada África*, com a proposta de realizar ações culturais para o empoderamento e a inserção da mulher negra na economia solidária. Foi delegada nacional de Políticas para Mulheres e facilitadora da Secretaria de Saúde Municipal, e tem uma filha brasileira, fato que a sensibilizou ainda mais para as especificidades femininas.

³ Ver: ARPILLERAS da resistência política chilena. 2012. Disponível em: <https://arpillerasdaresistencia.wordpress.com/page/2/>. Acesso em: 3 fev. 2022.

'Eu cheguei aqui uma menina educadinha, responsável, bonitinha e aí vocês me estragaram'. Eu tinha uma experiência sobre a questão do que era ser africano no Brasil e sobre a importância de tornar visíveis nossos direitos, o trabalho com a integração do imigrante e manter as nossas culturas aqui. Sou coordenadora do *Iada África*, que é um coletivo que trabalha com mulheres imigrantes, refugiadas, africanas e negras. E tenho uma empresa, que é a *Anin Magá* (que significa *mulher guerreira* na língua *balanta*). E, além disso, estou trabalhando como coordenadora e com a Secretaria de Saúde, no projeto de acolhimento ao imigrante no sistema de saúde. Sou uma das facilitadoras e três vezes na semana eu vou para a unidade de saúde falar sobre a questão migratória, sobre os direitos, as leis, a cultura. Explicamos a questão da língua, da comunicação, da xenofobia, como funciona a questão de gênero. Por que as mulheres não falam, quando chegam aqui para fazer pré-natal o homem que responde, mas não é ele que está grávida. E nesse ponto, esse trabalho é muito importante. Eu falo que ainda que não tivesse uma remuneração, é um trabalho que eu faria porque é uma causa maior levar essas informações e estar possibilitando o acolhimento mais humanizado para milhares de pessoas, africanos, latinos, bolivianos, peruanos, sírias, palestinas, chinesas, haitianas e caribenhas que sofrem xenofobia. (Nádia Solange Clemente Vaz Ferreira, 2016).

O desfecho para seu ativismo aconteceu ainda como estudante do curso de Letras, ao notar que, numa sala de 200 pessoas, ao se sentar, as pessoas mudavam de lugar, e que havia apenas um ou dois estudantes negros, demonstrando a escassez representativa dos negros no ensino superior no Brasil, principalmente na USP, podendo, em coletivos, trocar experiências e entender o racismo que impera no Brasil.

Outro processo de autoidentificação e autorreconhecimento da condição migratória foi posto por Isabel Torres, nascida em Lima, Peru, em 1974, vindo para o Brasil para uma experiência multicultural em uma instituição religiosa em 2005. Em São Paulo, trabalhou no centro de apoio da Pastoral do Migrante e o que chamou muito sua atenção foi a religião afro-brasileira e a presença do negro. Seu maior desafio foi o processo de adaptação à outra cultura, conheceu a realidade dos imigrantes no período em que trabalhou no Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante (CAMI), instituição que realiza trabalho de assistência social e assessoria política, onde tomou conhecimento das dificuldades burocráticas impostas aos imigrantes, algo que não conhecia, pois possuía visto religioso. No curso de preparação para delegadas populares, viu a oportunidade de debater questões de sexualidade, gênero e direitos reprodutivos.

O curso de Delegadas Populares é um curso muito importante. A homofobia não existe no Peru? Sim, existe, mas é tão velado esse tema, sobretudo com mulheres. As mulheres no Peru pouco falam de homofobia, não conseguem falar temas específicos. Esse curso de delegadas populares me deu uma visão da diversidade das mulheres, desde afrodescendentes, imigrantes, lésbicas, negras, transexuais. Eu tive uma experiência muito radical porque a instituição religiosa te limita a certas coisas

e você não pode participar do movimento LGBTIA+. Por exemplo, temas como o casamento, o aborto, eu pude compreender no Brasil. Conhecer outro país abre para novas perspectivas, novos planos, novas formas de vida. É preciso se rebelar para poder lutar pelos seus direitos e sair da situação, às vezes tão vulnerável. (Isabel Cristina Camacho Torres, 2015).

A troca estabelecida com mulheres negras, trans, lésbicas e outros grupos sociais, lhe permitiu uma mudança de perspectiva em relação às contradições sociais e ampliou seu entendimento sobre a sexualidade humana, além criticar as prerrogativas da doutrina religiosa que seguia. Sua trajetória de imigração está diretamente vinculada a redes sociais de trabalho voltadas à população imigrante. Além do trabalho no CAMI, participou da criação de políticas públicas para mulheres na Câmara Municipal, junto à Secretaria das Mulheres, foi delegada popular pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do município de São Paulo e fez parte de grupos de trabalho do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC).⁴ A experiência migratória e o diálogo desenvolvido com outras mulheres constituíram sua base de mobilização, para valorização de sua trajetória enquanto mulher imigrante.

Viviana Peña, nascida em Bogotá, Colômbia, em 1978, aos 20 anos morou em Montreal, Canadá, para estudar inglês e trabalhou em uma instituição que desenvolvia trabalhos para imigrantes e aprendeu francês. Veio pela primeira vez ao Brasil em 2007, fixando-se no Rio de Janeiro, para fazer residência artística. Em Bogotá, estudou Cinema e Fotografia. Procurando estar sempre vinculada a temas sociais, realizou vários trabalhos de produção cultural e vídeos para artistas. Em muitos momentos se sentiu “fora do lugar”, até ter consciência e se reconhecer como imigrante. Em São Paulo, passou a atuar com projetos culturais. Estranhou a não identificação dos brasileiros como latino-americanos, o que a levou a desenvolver ações sobre a cultura hispânica em São Paulo. No Rio de Janeiro, foi muralista com seu companheiro à época e, em São Paulo, lecionou espanhol. Trabalhou em um bar latino e, com seus conterrâneos, idealizou o festival *Soy Latino*,⁵ cuja sétima edição aconteceu em 2019. Foi convidada a assumir a Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) e coordenou, desde então, o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), em São Paulo.

Quanto especificamente à questão de ser mulher, desde o início da experiência, porque você entra nos mesmos circuitos das mulheres que vivem aqui. O machismo daqui é diferente da Colômbia, mas eu já identificava como funcionava por meio da erotização de quem tem um sotaque. [...] A verdade foi quando eu me separei que eu me reconheci integralmente como imigrante, porque nesse momento eu ainda estava numa família, num núcleo familiar que me protegia. E eu senti

⁴ Ver: ITTC. *Instituto Terra, Trabalho e Cidadania*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://itcc.org.br/>. Acesso em: 3 fev. 2022.

⁵ Festival *Soy Latino* acontece anualmente, no Memorial da América Latina, na Zona Oeste de São Paulo.

mais todas as questões que as mulheres sentem aqui; as mulheres solteiras. Essa experiência migratória foi muito boa na medida em que eu comecei a conhecer outras mulheres, a *Frente de Mulheres*, mais politizadas, eu me senti um pouquinho mais à vontade porque tínhamos muita coisa em comum, mesmo entre as nossas diversidades. Não foi só me reconhecer como imigrante, mas me reconhecer como militante dentro do tema da migração. (Viviana Peña, 2017).

Viviana Peña experimentou diversos contextos na condição de migrante, conheceu distintas realidades, conferindo-lhe uma abordagem comparativa acurada, além da troca de experiências com outras mulheres na mesma condição, motivando o autorreconhecimento e permitindo a mobilização em redes de ativismo.

A compreensão de muitas mulheres imigrantes e refugiadas do lugar que ocupam na família, no trabalho, além do acúmulo de outras jornadas assumidas, faz brotar a crítica em relação aos componentes enfrentados diariamente na hierarquia de gêneros em suas relações conjugais, familiares, laborais e político-institucionais. O que fazer para quebrar o silêncio? Por onde começar a luta? São perguntas que ativam a participação em coletivos político-culturais nos lugares onde vivem.

As articulações das vozes em coletivos imigrantes agregam propostas cujas premissas ancoram-se no trabalho de base relacionado à temática de gênero, ao acesso à informação, à democratização do acesso à escola, em oficinas que discutam temas, como legislação imigratória, direito à saúde, ao trabalho, à reprodução e à sexualidade. Grande parcela desses coletivos articula-se por redes digitais/sociais possibilitando mediações entre diferentes culturas nas cidades migrantes. A *Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas* interliga uma gama de coletivos migrantes com vertentes políticas e procedimentos diferenciados de engajamento em São Paulo. Os coletivos estabelecem orientações, encaminhamentos, táticas e estratégias de luta, firmando resistências no chão duro das cidades brasileiras.

Nesse caminho, pode-se aferir que os coletivos das mulheres imigrantes tencionam o Estado para implementar políticas públicas que providenciem direitos para essas sujeitas. Para Nancy Fraser (2015, p. 95), as reivindicações dos movimentos sociais no contexto pós-fordista serão confrontadas aos interesses das corporações capitalistas. Essas entrevistas trazem elementos importantes ao relacionar as escolhas representativas dos coletivos e a participação política de seus protagonismos.

Os processos de mobilidade das mulheres imigrantes oferecem autonomia para os projetos políticos, uma vez que a mobilidade das sujeitas, atrelada aos coletivos de migrantes, aciona diferentes dinâmicas de subjetividades, de força e de escala da luta migrante (De Genova, 2002) no Estado, rearticulando as escalas local e global dos deslocamentos humanos no espaço urbano.

Por visibilidade, reconhecimento e políticas de distribuição

O debate sobre reconhecimento tem somado argumentos em torno de processos de justiça social tanto na esfera individual quanto no campo coletivo das ações, além das questões de multiculturalismo, invisibilidade e representação das políticas afirmativas relacionadas ao índice imigratório de tais contextos. O reconhecimento, para Charles Taylor *et al.* (1994), é a base da autorrealização dos pertencimentos individuais. Sendo a identidade constituída por processos históricos na relação entre pessoas. Ter a imagem ou o discurso deturpado ou desconstruído pode acarretar opressões, principalmente se forem realizadas por pessoas que ocupam espaço nas instituições, já que a imagem pode ser interiorizada pelas sujeitas e sofrer alterações.

Outros teóricos postulam que, para a indignação se transformar em lutas coletivas e políticas, é importante observar os contextos sociais e políticos das sujeitas. Para que a luta se transforme em ações coletivas é preciso ultrapassar as intenções individuais (Honneth, 2003).

A teórica estadunidense Nancy Fraser (2015) defende que, para além de uma política de reconhecimento pautada nos temas relacionados às identidades, é necessário construir mecanismos que estejam ancorados numa política de redistribuição econômica para existir a construção de políticas públicas que instaurem uma justiça social e de reconhecimento cultural, diferindo dos teóricos anteriores. A justiça social ancora-se na base de redistribuição econômica e nos mecanismos que criam as representações políticas desses sujeitos, uma vez que as contradições inseridas pela globalização e pela transnacionalidade das pessoas e dos objetos exigem demandas por justiça que ultrapassam as fronteiras territoriais dos Estados neoliberais. Os processos democráticos atrelados à justiça social contemplam três níveis de articulação: o eixo econômico (da distribuição), que pode minimizar as relações de opressão, exploração do trabalho, invisibilidade e várias privações; o eixo da dimensão cultural (do reconhecimento), aspectos que envolvem a cultura e a invisibilidade das sujeitas da migração; e o do campo político (da representação), justamente por permitir que sejam problematizadas as relações de desigualdade existentes na esfera política, mediante debate e adoções de políticas redistributivas para a efetivação do reconhecimento político (Fraser, 2009; Dornelas, 2020).

Deste modo, o balanço das necessidades, para uma teoria da justiça em Fraser, precisa tanto de redistribuição econômica quanto de reconhecimento cultural. Uma justiça social pautada em vieses políticos e éticos precisa ser local e global, “a tarefa, em parte, é elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença” (Fraser, 2007, p. 103). Esses níveis de articulação dos grupos buscam estabelecer diálogos com o Estado, para uma gestão de formas autônomas de seus projetos políticos e identitários. Para Fraser, a autora estabelece, ao

pensarmos em gênero, que há correspondência tanto entre redistribuição econômica quanto no campo cultural do reconhecimento, esses aspectos se relacionam ao apontarem as desigualdades de gênero quando pensamos na participação das mulheres na esfera pública, nas relações do cotidiano e no campo cultural.

A busca por efetivação de projetos que envolvam visibilidade, reconhecimento e redistribuição é latente em suas práticas e círculos de coletivos. O discurso pauta-se na desvitimização da mulher migrante. A crítica segue na contramão da tutela. As mulheres têm opiniões e acionam forças ao criarem projetos de vida em outros territórios e, nesse sentido, não cabe dizer que sejam vítimas, e sim protagonistas de seus destinos, sonhos, desejos e escolhas. Suas reivindicações apontam alternativas criadas no processo intercultural da migração, posto que “no Brasil falta uma educação integrativa, intercultural, existem as fronteiras geopolíticas, mas as pessoas pensam que são donas desse espaço, e a gente é administrador, os equipamentos sociais estão preparados para trabalhar com essa multiculturalidade” (Rocio Bravo Shuña, 2016).

Ter consciência do processo migratório equivale a compreender a necessidade de saber o funcionamento do Estado e quais são os caminhos dos direitos nas geopolíticas locais. A importância que as narradoras dão à esfera participativa como fator de saída da invisibilidade, envolver-se em coletivos, ativando a possibilidade de agregar conhecimentos tanto para si quanto para o grupo, permite a percepção da perspectiva social, aquilo que é construído numa interação relacional entre movimentos, com foco nas necessidades por visibilidade, além de “captar a sensibilidade da experiência gerada pela posição do grupo, sem reclamar um conteúdo unificado” (Miguel, 2014, p. 101).

Jobana Moya destaca, mediante visão de ativista, o que é perceber-se como mulher migrante e como funciona o coletivo *Warmis*. Cabe mencionar que Jobana Moya nasceu em Cochabamba, Bolívia, em 1981, migrou para São Paulo aos 26 anos de idade em virtude de seu casamento com um brasileiro. Frequentou muitas reuniões vinculadas a instituições que trabalham com assuntos de migração e refúgio, e notou a ausência da participação de mulheres nesses setores, e o silenciamento de muitas. A partir do momento em que teve seus filhos, modificou seu olhar sobre o parto e notou a violência obstétrica contra as mulheres.

Desisti e nesse intervalo me falaram do CAMI, uma amiga do movimento humanista que há muitos anos tinha feito atividades com o Roque Patussi, atual coordenador do CAMI, quem estava na coordenação à época era Paulo Illes e ele me contou um pouquinho o que estava fazendo. Comecei a ir às reuniões e a primeira coisa que notei é que havia poucas mulheres e as mulheres que iam não falavam; daí, comecei a fazer atividades com o intuito de politizar um pouco mais com o tema do estatuto do estrangeiro e aí fui fazendo coisas. Engravidei, acho que durante um ano me mantive um pouco afastada, porém ter tido a minha filha foi um divisor de águas na minha vida como militante porque eu pude perceber de perto a violência contra a mulher. (Jobana Moya, 2015).

Muitas instituições são atravessadas pelo silêncio e pela ausência de imigrantes, sobretudo de mulheres imigrantes, nos cargos de chefia, notando-se a pouca representação no espaço público. Essa ausência na esfera pública participativa também se vincula ao excesso de trabalho atribuído à vida das mulheres que, além dos cuidados com os filhos (quando da existência destes), desenvolvem atividades no lar, se desdobram em outras ocupações laborais para sustento da família e, quando podem, algumas estudam, excedendo o pouco tempo que haveria para se envolverem com trabalho político e/ou cultural/artístico.

O problema da representação, do lugar de fala das sujeitas e a efetivação em políticas públicas dentro de movimentos sociais e instituições do Estado, é uma realidade. Como superar esses desequilíbrios/disparidades? As mulheres imigrantes apontam as relações de desigualdade nos espaços de poder ocupados – em sua maioria por acadêmicos brancos – e a pouca abertura para os imigrantes, principalmente para as mulheres, construindo assimetrias interseccionais. O envolvimento das mulheres imigrantes nos espaços de decisão dos coletivos e instituições equilibra os processos políticos e sociais e auxilia em sua emancipação, além de diminuir o desequilíbrio de forças nas esferas de poder. A atuação feminina nos espaços públicos também possibilita a inserção de políticas de gênero equitativas no aparelho público voltado a essa população, criando equivalências participativas no mundo do trabalho, no campo doméstico, no setor social, econômico e político vivenciado por essas mulheres.

Considerações finais

Este artigo priorizou aspectos relacionados às narrativas, às interseccionalidades e ao diálogo com as experiências femininas sobre a imigração, contabilizando sete histórias de vida entrelaçadas a seus percursos de ativismos na cidade de São Paulo. A trajetória construída por essas mulheres mobiliza a luta de migrantes fora dos seus Estados-nação (De Genova, 2002). Além disso, as ações políticas dos sujeitos são analisadas a partir da oralidade, pois é aqui que a memória estabelece sua dimensão política e pode se conectar às dimensões da esfera pública ao articular o debate sobre o reconhecimento das histórias “subalternas”, até a discussão sobre redistribuição em sociedades marcadas por sólidas bases de desigualdades, sendo capaz de transformar a história e a vida dos sujeitos (Spivak, 2014).

A mobilização das mulheres imigrantes, especificamente, na cidade de São Paulo, possibilitou a visibilização de suas pautas de representatividade e de reconhecimento. As táticas empregadas no diálogo e nas mediações estabelecidas com as instituições do Estado e com a sociedade civil permitiram que as ações dessas sujeitas fossem ouvidas, mesmo que seus direitos fossem respaldados pela Lei de Imigração (Brasil, 2017) e pela Lei de Refúgio (Brasil, 1997). É possível considerar que a luta imigrante pode ajudar a

desconstruir estereótipos e preconceitos, numa perspectiva antirracista, antipatriarcal, anticapitalista e antimachista, mobilizando ações políticas às populações imigrantes de origem latinas, africanas e asiáticas na sociedade brasileira.

O que se constituiu diante desses relatos foi um contínuo diálogo entre diferentes vozes. São as histórias do encontro de mulheres e suas perspectivas sobre a esfera pública que demonstram que a dinâmica da vida é recortada por variadas dimensões políticas, por vezes negligenciadas no Estado brasileiro.

Outro fator importante considerado é a relação política que as mulheres estabelecem na metrópole migrante (De Genova, 2002), ao trazerem para a arena social as contradições relacionadas ao poder do Estado, da soberania e da regulação jurídica espacial das sujeitas/sujeitos que circulam dentro do território, uma vez que também são atravessados por dinâmicas globais do capital.

Os espaços urbanos vivenciados pelas sujeitas da mobilidade refletem as práticas migratórias, táticas e estratégias de combate às opressões e às desigualdades na fronteira urbana das cidades brasileiras. Além disso, outro fator frequentemente relatado pelos imigrantes, no caso, mulheres imigrantes, expõe a temática da segurança política como base dos direitos humanos e para construção democrática dos processos que envolvem os deslocamentos, pois é responsabilidade do Estado garantir o Estado Democrático de Direito e a manutenção dos direitos humanos de todos os cidadãos (Brasil, 2020). Desse modo, a “segurança política estabelece o compromisso de manter um direito civil sólido e ágil para garantir a governabilidade democrática” (Martinez, 2016, p. 59), o que responsabiliza o Estado em garantir a efetivação dos direitos e de seu cumprimento para todos os sujeitos/sujeitas que vivem em seu território independentemente de nacionalidade, classe, gênero e etnia.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ANDRADE, Everaldo Paiva de Andrade. Em busca de tempos da experiência: história de vida, profissão e narrativas de professores na pesquisa educacional. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ANDRADE, Everaldo Paiva de Andrade (Org.). *História oral e educação: experiência, tempo e narrativa*. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p. 13-40.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Lei n.º 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, n. 139, p. 15822-15824, 23 jul. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 30 jan. 2022.

BRASIL. Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, n. 99, p. 1, 25 maio 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015.../2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 30 jan. 2022.

BULL, Hedley. *The anarchical Society: a study of order in world politics*. New York: Columbia University Press, 1977.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1297, jul. 1991.

DE GENOVA, Nicholas. Migrant "illegality" and deportability in everyday life. *Annual Review of Anthropology*. v. 31, 2002, p. 419-447.

DORNELAS, Paula Dias. *Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira: lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFMG, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, MG, 2020.

FRASER, Nancy. *Fortunas del feminismo: del capitalismo gestionado por el Estado a la crisis neoliberal*. Madrid: Editora Traficantes de Sueños, 2015.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, n. 70, p. 101-138, 2007.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, n. 77, p. 11-39, 2009.

GOELLNER, Silvana Vilodre. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, , p. 1-28, 2008.

HOLANDA, Fábíola; MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

HONNETH, Axel. Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003. p. 110-197.

MAGLIANO, María José. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Estudios Feministas*, v. 23, n. 3, p. 691-712, 2015.

MAGLIANO, María José; PERISSINOTTI, María Victoria; ZENKLUSEN, Denise (Org.). *Los nudos ciegos de la desigualdad*. Diálogos entre migraciones y cuidado. Buenos Aires: Conicet, 2016.

MARTINEZ, Elias David Morales. Os direitos das pessoas LGBT como questão de segurança humana no contexto internacional. In: COSTA, Ana Carolina Francischette da et al. *Gênero e diversidade sexual: percursos e reflexões na construção de um observatório LGBT*. São Paulo: Pontocom, 2016. p. 55-69.

MATOS, Maria Izilda Santos de; MENEZES, Lená Medeiros de. *Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo—XIX e XX)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93-107.

MINARDI, Ines Manuel. Trajetória de luta: mulheres imigrantes italianas anarquistas. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpuh-SP, 2008.

MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de occidente: academia Feminista y discurso colonial. In: SUÁREZ NAVAZ, Liliana; HERNÁNDEZ, Aída. *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008. p. 112-161.

PAES, Vanessa Generoso. *Fronteiras políticas em movimento – dilemas e tendências de novos fluxos migratórios de São Paulo: trabalho, gênero e direitos*. Tese (Doutorado em História) – USP, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, SP, 2018.

PEREIRA, Sylréa Marques. *Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memória de mulheres*. Tese (Doutorado em História) – UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niteroi, RJ, 2008.

PORTELLI, Alessandro. História Oral: uma relação dialógica. In: PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 16-25.

PÓVOA NETO, Helion. Território e mobilidade: barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade”. In: NATAL, Jorge (Org.). *Território e planejamento*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. p. 123-147.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakrovorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TAYLOR, Charles *et al.* *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

VENTURA, Deisy; SÁ GUIMARÃES, Feliciano; REIS, Rossana (Coord.). *Imigrantes em São Paulo: diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos*. Organizado por São Paulo Cosmópolis. São Paulo: IRI-USP, 2017.

VIGOYA, Mara Viveros. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latino-americano actual. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, Manizales, v. 1, p. 63-81, 2009.

Fontes Orais

FERREIRA, Nádia Solange Clemente Vaz (Guiné-Bissau) [42 anos]. [jul. 2016]. Entrevistadores: Tatiana Waldman e Vivian Bortolotti. Museu da Imigração: São Paulo, SP, 16 jul. 2016.

JARA, Oriana Isabel (Chile) [77 anos]. [out.2015]. Entrevistadores: Henrique Trindade, Maria

Angélica Beghini Morales, Tatiana Waldman. Museu da Imigração: São Paulo, SP, 15 out. 2015.

MOYA, Jobana (Bolívia) [40 anos]. [mar. 2015]. Entrevistadores: Vanessa Generoso Paes. Cotia, SP, 20 mar. 2015.

PEÑA; Viviana (Colômbia) [43 anos]. [maio 2017]. Entrevistadores: Henrique Trindade, Mariana Keller e Tatiana Waldman. Museu da Imigração: São Paulo, SP, 16 mai. 2017.

SHUÑA, Rocio Bravo (Peru) [40 anos]. [dez. 2016]. Entrevistadores: Tatiana Waldman, Juliana Silveira e Angélica Beghini. Museu da Imigração: São Paulo, SP, 7 dez. 2016.

TORRES, Isabel Cristina Camacho (Peru) [47 anos]. [jul. 2015]. Entrevistadores: Suzana Ribeiro, Tatiana Waldman, Thais Klarge. Museu da Imigração: São Paulo, SP, 8 jul. 2015.

YUJRA, Verônica Quispe (Bolívia) [42 anos]. [Fev. 2016]. Entrevistadores: Maria Angélica Morales, Tatiana Waldman. Museu da Imigração: São Paulo, SP, 24 fev. 2016.

Recebido em 15/08/2021

Versão final recebida em 27/11/2021

Aprovado em 07/12/2021

Fonte de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Bolsa.

Conflitos de interesse: nada a declarar.